Artigo 29 - O reconhecimento da regularidade a que se refere o artigo 71 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, dar-se-á mediante prova documental oficial, acompanhada de foto aérea por ocasião da implantação.

Parágrafo único - Para fins de aplicação do § 2º do artigo 71 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, o órgão licenciador reconhecerá a preexistência, podendo estabelecer as exigências técnicas para a regularização, ou declarando sua impossibilidade, em razão da situação do empreendimento, com a justificativa sobre prejuízo ou risco porventura causado à APRM-AJ.

Artigo 30 - Não se aplica o disposto neste decreto aos parcelamentos do solo, empreendimentos, edificações e atividades regulares, implantados ou licenciados dentro dos prazos de validade dos respectivos documentos perante o Estado ou o Município de Nazaré Paulista, até 16 de abril de 2015.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo os casos de ampliação ou alteração de uso de parcelamentos do solo, empreendimentos, edificações e atividades após o vencimento do prazo de validade das respectivas licenças ou alvarás.

§ 2º - A verificação da regularidade prevista no "caput" será atestada mediante documentos oficiais.

Seção III

Da Compensação

Artigo 31 - Para fins de cálculo de pagamento previsto no artigo 75 inciso VI da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, os valores monetários serão calculados na seguinte forma:

I – para os imóveis rurais será adotado o valor correspondente a 20 (vinte) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP, ou outro índice que venha a substituí-la, por metro quadrado de área que extrapole os índices permitidos, relativos ao tamanho do lote e área construída, prevalecendo o mais restritivo;

II – para os imóveis urbanos será adotado o valor venal do imóvel, na proporção de 0,5% (meio por cento) para cada metro quadrado de área que extrapole os índices permitidos, relativos ao tamanho do lote e área construída, prevalecendo o mais restritivo.

Artigo 32 – Para efeito do disposto no inciso VII do artigo 3º e no inciso VIII do artigo 4º deste decreto, serão encaminhados para o parecer do órgão técnico e a subsequente manifestação do órgão colegiado, os processos de regularização e licenciamento por meio de compensação de empreendimentos ou atividades com as seguintes características:

I – Parcelamentos do solo com abertura de vias, com área de terreno igual ou superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados);

II – Indústrias, com área construída igual ou superior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados);

III – Instituições de ensino, de saúde, de segurança, religiosas ou de esportes e lazer, com área de terreno área igual ou superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados) ou área construída igual ou superior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados).

Artigo 33 - Na aplicação das medidas de compensação previstas no artigo 75 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, a área equivalente à compensação, caso não seja situada em área contígua ao empreendimento licenciado, deverá ser demarcada mediante levantamento planialtimétrico, descrita e gravada na respectiva matrícula, ficando o proprietário da área vinculada responsável pela preservação e não ocupação do local.

§ 1º - Para a emissão da Declaração de Vinculação pelo órgão de licenciamento competente, toda área a ser objeto da compensação deverá estar livre de pessoas e coisas.

§ 2º - Os terrenos ou glebas vinculados na forma deste artigo, que apresentem excesso de área em relação à necessária ao respectivo empreendimento, obra ou atividade, podem ser utilizados, ou vinculados, para outros empreendimentos, obras ou atividades, desde que sejam observados os índices urbanísticos aplicáveis, em conformidade com os parâmetros da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015.

§ 3º - As áreas já vinculadas para compensação nos termos do artigo 37-A da Lei nº 1.172, de 17 de novembro de 1976, acrescentado pela Lei nº 1.1216, de 22 de julho de 2002, não poderão ser objeto de ocupação ou qualquer outra forma de utilização, exceto a de preservação, sendo responsabilidade do proprietário a sua manutenção.

§ 4º - Nas áreas previstas neste artigo, será permitida a implantação de equipamentos mínimos de segurança e suporte para atividades de lazer e recreação, nos termos admitidos nas ARO.

Artigo 34 – Para fins de aplicação do artigo 77 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, deverá ser considerada a permissão da vinculação de áreas providas de vegetação nativa em estágio médio ou avançado de regeneração ao mesmo empreendimento, obra ou atividade, nos processos de licenciamento e regularização, desde que situadas dentro dos limites da APRM-AJ, para atendimento e cumprimento dos parâmetros técnicos, urbanísticos e ambientais estabelecidos na referida lei.

Artigo 35 - Para cada licenciamento objeto de compensação monetária, o órgão de licenciamento competente deverá informar à Secretaria Executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT os valores e prazos comprometidos pelo empreendedor.

§ 1º - Aprovada a medida de compensação monetária, o órgão licenciador poderá parcelar o pagamento do montante apurado em até 12 (doze) meses.

§ 2º - O CBH-AT comprovará os valores efetivamente creditados a título de compensação monetária na subconta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, para fins de futura destinação desses recursos exclusivamente para aplicação na APRM-AJ e para a conclusão do processo de licenciamento.

§ 3º - O CBH-AT deverá manter controle sobre os valores totais oriundos de compensação monetária na APRM-AJ, divulgando-os mensalmente e registrando-os no SGI.

Seção IV

Do Licenciamento de Programas de Recuperação de Interesse Social

Artigo 36 - Os assentamentos habitacionais precários de interesse social serão passíveis de licenciamento e subsequente regularização, por meio de Programa de Recuperação de Interesse Social – PRIS promovido pelo poder público, nos termos do artigo 68 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, desde que comprovadas:

I – a implantação até 31 de dezembro de 2011;

II – a inserção em Área de Recuperação Ambiental – ARA 1, devidamente caracterizada pelo Poder Público Municipal e validada pelo órgão técnico.

Parágrafo único - O PRIS poderá ser elaborado e implementado em parceria com agentes privados, quando houver interesse público.

Artigo 37 - O licenciamento ambiental a que se refere o artigo 36 deste decreto deve ser precedido por validação e cadastramento da correspondente ARA-1 pelo órgão técnico, mediante solicitação formal do Poder Público Municipal acompanhada dos seguintes documentos:

I - delimitação da ARA-1 em documento aerofotogramétrico ou imagem de satélite de alta resolução do ano de 2011, ou outro meio de prova inequívoca de preexistência das ocorrências de assentamentos habitacionais precários de interesse social dentro de seu perímetro;

II - comprovante do estabelecimento da ARA-1 como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou equivalente nos termos das disposições da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; e

III - informação sobre a caracterização da ARA-1 referente ao sistema de saneamento ambiental.

Parágrafo único - O órgão técnico deverá cadastrar a ARA-1 no Sistema de Gestão de Informações – SGI.

Artigo 38 - Os empreendimentos a serem licenciados no âmbito do PRIS devem contemplar projetos e ações previstas no § 2º do artigo 44 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, e ser identificados conforme os seguintes tipos de intervenções:

I - Urbanização de Assentamento Precário de Interesse Social, compreendendo a implantação e o funcionamento das redes de infraestrutura básicas, a melhoria das condições de acesso e de circulação, a mitigação das situações de risco; e, quando necessário, o reassentamento habitacional, estabelecendo padrões mínimos de habitabilidade e de integração do assentamento ao meio urbano e compatibilidade com a proteção e a recuperação do meio ambiente;

II - Reassentamento Habitacional com Recuperação Ambiental da ARA-1, compreendendo a remoção completa do assentamento precário, o reassentamento das famílias em novas moradias, e a implementação de ações para a recuperação ambiental da área degradada;

III - Regularização Fundiária, compreendendo o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização do assentamento e à titulação de seus ocupantes, associadas aos tipos de intervenções definidos nos incisos I e II deste artigo, mediante a implantação e o funcionamento da infraestrutura necessária, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Artigo 39 - O procedimento de licenciamento ambiental de PRIS pelo órgão estadual competente se desenvolverá em três etapas sucessivas, cada qual mediante solicitação do agente promotor do PRIS, a seguir relacionadas:

I - Licença Prévia, que compreende a fase de caracterização do PRIS pelo órgão de licenciamento estadual;

II - Licença de Instalação das Intervenções, que compreende a aprovação do conjunto de intervenções ambientais e urbanísticas;

III - Licença de Operação, que compreende a comprovação da implantação das intervenções.

Artigo 40 - A etapa de Licença Prévia a que se refere o inciso I do artigo 39 deste decreto será executada a partir da solicitação formal do agente promotor do PRIS, acompanhada dos seguintes documentos:

I – apresentação dos documentos de validação e de cadastramento georeferenciado da ARA-1, na qual deverá constar a delimitação da área objeto de PRIS;

II - manifestação dos órgãos públicos e prestadores de serviços responsáveis pela operação e manutenção de sistemas de saneamento ambiental, sobre a viabilidade para a implantação de sistemas de:

a) abastecimento de água;

b) coleta, transporte e tratamento de esgotos incluindo a indicação da ETE receptora dos efluentes;

c) coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;

III – caracterização da condição socioeconômica da população residente, com base nas informações obtidas em pesquisa de campo, cadastramento ou dados oficiais de demografia, emprego, renda e vulnerabilidade social;

IV – informação sobre a tipologia físico-urbanística da ocupação, com documentação fotográfica atualizada e análise preliminar dos riscos ambiental e sanitário em relação ao manancial;

V – informação sobre a situação jurídica da área, disponível em âmbito municipal;

VI – informação sobre o tipo de intervenção, conforme definido no artigo 38 deste decreto, com as previsões para o início e a conclusão de implementação do PRIS.

Artigo 41 - A etapa de Licença de Instalação a que se refere o inciso II do artigo 39 deste decreto será executada a partir da solicitação formal do agente promotor do PRIS, acompanhada dos seguintes documentos:

I – comprovação da averbação da existência do PRIS nas matrículas dos imóveis no respectivo Cartório de Registro de Imóveis;

II – memorial descritivo e justificativo dos parâmetros urbanísticos específicos para definição de lotes, implantação de novas edificações e mudanças de uso do solo em atendimento aos quesitos do § 2º do artigo 44 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015;

III – caracterização ambiental da área objeto de PRIS e de seu entorno, por meio de:

a) carta do meio físico e de áreas de risco, com os seus respectivos memoriais descritivos;

b) informação sobre a ocorrência de áreas contaminadas, inclusive no entorno imediato de 500 metros;

c) laudo de vegetação, em caso de supressão de vegetação;

IV – plano de urbanização contendo sistema viário, espaços públicos e quadras e lotes, com a indicação das áreas que serão consolidadas ou recuperadas, contendo:

a) planta urbanística e de implantação, acompanhada dos respectivos memoriais descritivos e outras peças gráficas quando necessário (cortes e elevações), com a indicação das intervenções propostas (contenções geotécnicas, cortes, aterros, infraestrutura de drenagem e de saneamento) e as áreas destinadas à permeabilidade, estas não inferiores a 5% (cinco por cento) da área do empreendimento;

b) planta com a identificação das matrículas e transcrições da área objeto do PRIS sobreposta ao plano de urbanização;

c) anuência da respectiva empresa concessionária, no caso de interferência em áreas de domínio e faixas de servidão em áreas "non aedificandi";

d) planta urbanística ambiental, quando houver supressão de vegetação, corte de árvore nativa ou intervenção em Área de Preservação Permanente – APP;

e) estudo técnico de melhoria das condições ambientais no caso de intervenção em APP, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

V – projetos e propostas correspondentes às etapas de execução do plano de urbanização:

a) projeto de terraplanagem, contenção de encostas, consolidação, controle de riscos geotécnicos e indicação das áreas de empréstimo e de bota-fora, acompanhado de memorial descritivo e laudo de estabilidade geotécnica, quando couber;

b) projeto básico de drenagem, escoamento de águas pluviais e controle de inundações;

c) atualização, quando necessário, da manifestação dos órgãos públicos e prestadores de serviços responsáveis pela operação e manutenção de sistemas de saneamento ambiental, sobre a viabilidade para a implantação de sistemas de:

1. abastecimento de água;

2. coleta, transporte e tratamento de esgotos incluindo a indicação da ETE receptora dos efluentes;

3. coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;

d) quando não houver sistema de saneamento previsto para o local, apresentar projeto básico de coleta, tratamento e destinação de esgotos, com a informação sobre a ETE receptora dos efluentes, ou apresentar solução alternativa para o tratamento de esgotos;

e) informação do concessionário da rede pública de energia elétrica sobre a viabilidade de implantação da infraestrutura de energia e iluminação pública na área objeto de PRIS;

f) Projeto de Recuperação Ambiental, contendo paisagismo, arborização das áreas verdes e permeáveis, recuperação ambiental das áreas livres, revegetação específica para contenção de encostas e reflorestamento;

g) solução para o gerenciamento de resíduos da construção civil, durante a execução do empreendimento;

VI – Plano de Ação Social e Educação Ambiental, com a indicação das ações a serem realizadas antes, durante e após a execução das obras;

VII – Plano de Reassentamento das famílias a serem removidas, com indicação dos empreendimentos de HIS correspondentes e apresentação de quadro síntese das ações e respectivo cronograma;

VIII – projeto e estratégia de recuperação ambiental das áreas degradadas livres ou que serão desocupadas pela intervenção, especificando os mecanismos de controle do uso do solo impeditivos de reocupação parcial ou total dessas áreas;

IX – projeto de regularização fundiária, com a especificação de seus instrumentos e condicionantes;

X – cronograma físico-financeiro de implantação dos incisos V a IX deste artigo.

§ 1º - Não será exigida a comprovação da averbação de que trata o inciso I deste artigo quando se tratar de área pública de domínio do agente promotor.

§ 2º - Poderá ser dispensada a averbação de que trata o inciso I deste artigo mediante a apresentação de anuência do titular do imóvel para a implantação do PRIS e a consequente regularização fundiária.

§ 3º - Quando houver empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS vinculados ao PRIS e situados na APRM-AJ, o Plano de Reassentamento deve conter declaração do poder público garantindo que as unidades de HIS serão destinadas para atendimento exclusivo dos moradores da área objeto de PRIS, cujas remoções estão definidas no Plano de Urbanização.

Artigo 42 - A etapa de Licença de Operação, a que se refere o inciso III do artigo 39 deste decreto, será executada a partir da solicitação formal do agente público promotor do PRIS, acompanhada dos seguintes documentos:

I – Relatório Técnico contendo a comprovação da implantação e conclusão das obras, e o atendimento das exigências listadas na Licença de Instalação;

II - Planta de Parcelamento do Solo da situação consolidada, com a identificação das matrículas e transcrições da área do PRIS.

III - manifestações emitidas pelos órgãos públicos e pelos prestadores de serviços responsáveis que atestem a existência e o funcionamento das redes de infraestrutura, bem como a operação e manutenção de sistemas de saneamento ambiental compreendendo:

a) abastecimento de água;

b) coleta, transporte e tratamento ou exportação de esgotos;

c) coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;

d) drenagem de águas pluviais;

IV - proposta de mecanismos de controle de expansão, adensamento e manutenção das intervenções, quando se tratar de ocupação em ARO contendo quadro com síntese das ações e respectivo cronograma.

§ 1º - Atendidas as condições estabelecidas no processo de licenciamento do PRIS, o órgão de licenciamento ambiental emitirá documento de comprovação de implantação das intervenções para fins de averbação da planta de configuração final do parcelamento do solo no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º - A emissão da Licença de Operação fica condicionada à comprovação do registro do parcelamento do solo e das restrições ambientais, se houver, nas matrículas dos imóveis objetos do PRIS, no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

§ 3º - Emitida a Licença de Operação, o agente promotor do PRIS deverá proceder à conclusão do processo de regularização fundiária mediante a abertura de matrículas para a transferência de domínio dos lotes ou unidades habitacionais individuais.

§ 4º - As etapas de Licença de Instalação e de Operação poderão ser efetuadas concomitantemente nos casos de PRIS em que não há obras que alterem o parcelamento do solo.

Artigo 43 - A implantação de empreendimentos de HIS poderá ser realizada somente nas Subáreas de Urbanização Consolidada – SUC I, de Urbanização Consolidada II - SUC II, de Urbanização Controlada – SUCT, e de Urbanização Isolada Controlada – SUICt, obedecendo a parâmetros urbanísticos especiais, desde que vinculados a PRIS e garantida a adoção das seguintes medidas:

I – atendimento exclusivo da população removida das intervenções em ARA-1 objeto de PRIS;

II - estabelecimento, no Plano Diretor Municipal ou em legislação específica do município, dos instrumentos jurídicos e urbanísticos especiais adotados para a definição dos parâmetros urbanísticos diferenciados para implantação dos assentamentos habitacionais de interesse social, nos termos das disposições da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

III - apresentação, pelo agente promotor do HIS, das seguintes condições mínimas para a garantia das funções ambientais da área objeto de implantação:

a) respeito obrigatório à taxa de permeabilidade mínima de 0,2 (dois décimos) nas SUC I e SUC II, e de 0,4 (quatro décimos) nas SUCT e SUICt;

b) atendimento às condições estabelecidas nas Seções do Capítulo VI da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, que tratam dos Efluentes Líquidos, dos Resíduos Sólidos, das Águas Pluviais e do Controle de Cargas Difusas;

c) plano de trabalho de ações sociais e de educação ambiental dirigido à população beneficiada pelo assentamento, antes, durante e após o recebimento da unidade habitacional, incluindo a manutenção das condições ambientais do empreendimento após a sua implantação;

d) compromisso de vinculação das unidades de HIS para atendimento exclusivo de pessoas oriundas de áreas da APRM-AJ que sejam objeto de PRIS.

Parágrafo único - Os empreendimentos de HIS que atendam as condições deste artigo e que não se enquadrem nos critérios do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - GRAPROHAB serão licenciados no âmbito do PRIS.

Artigo 44 - Fica definido o gabarito máximo de 15,00m (quinze metros) para os empreendimentos de HIS vinculados a PRIS.

Parágrafo único - As propostas e estratégias urbanísticas de novas edificações de HIS e de equipamentos públicos vinculados ao PRIS devem proporcionar melhoria ambiental, considerando a relação entre a área construída, o gabarito e as taxas de permeabilidade e de revegetação.

Artigo 45 - A implantação de novos equipamentos públicos vinculados a PRIS somente poderá ser realizada dentro do perímetro do PRIS ou em SUC I, SUC II, SUCT e SUICt, obedecendo a parâmetros urbanísticos especiais, garantida a adoção das seguintes medidas:

I – respeito obrigatório à taxa de permeabilidade mínima de 0,2 (dois décimos) nas SUC I e SUC II, e de 0,4 (quatro décimos) nas SUCT e SUICt;

II – atendimento às condições estabelecidas nas Seções do Capítulo VI da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, que tratam dos Efluentes Líquidos, dos Resíduos Sólidos, das Águas Pluviais e do Controle de Cargas Difusas.

Parágrafo único - Para efeito de aplicação do disposto neste artigo, consideram-se como equipamentos públicos as creches, as escolas, os centros comunitários, as unidades básicas de saúde e os equipamentos de lazer, esporte e cultura.

Seção V

Da Fiscalização

Artigo 46 - O Grupo Integrado de Fiscalização – GIF, estabelecido no artigo 84 da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, terá por finalidade sistematizar a atuação da fiscalização, de forma integrada, entre os órgãos estaduais e municipais atuantes na APRM-AJ.

Parágrafo único - O GIF será composto por dois representantes, um titular e um suplente, indicados pelos seguintes órgãos:

1. Secretaria do Meio Ambiente;
2. Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;
3. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB;
4. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;
5. Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo;
6. Prefeitura do Município de Caiçaras;
7. Prefeitura do Município de Franco da Rocha;
8. Prefeitura do Município de Mairiporã;
9. Prefeitura do Município de Nazaré Paulista;
10. Prefeitura do Município de São Paulo.

Artigo 47 - São atribuições do GIF:

I - definir atividades de monitoramento e fiscalização na área da APRM-AJ;

II – estabelecer procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização;

III – definir metodologia para o planejamento, execução, controle e avaliação das ações conjuntas dos órgãos envolvidos;

IV – receber, inserir e manter um banco de dados a ser disponibilizado no SGI, contendo relatórios mensais das atividades desenvolvidas pelo GIF;

V – agendar reuniões para planejamento e avaliação das fiscalizações;

VI – elaborar e articular programas de treinamento dos agentes de fiscalização municipais ou estaduais;

VII – estabelecer outros instrumentos e ações que sejam necessários ao cumprimento de seus objetivos e metas.

§ 1º - O GIF poderá convidar outras entidades e órgãos para participar de suas atividades.

§ 2º - O GIF poderá criar instâncias locais de atuação com o intuito de otimizar as operações de fiscalização.

Artigo 48 - O GIF realizará, no mínimo, 01 (uma) reunião bimestral, de planejamento das ações conjuntas do Grupo.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 49 - Para fins de aplicação do artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, os assentamentos habitacionais precários de interesse social, incluídos no Plano Emergencial de Recuperação de Mananciais, conforme o Decreto nº 43.022, de 7 de abril de 1998, poderão ser objeto de Programas de Regularização de Interesse Social – PRIS, para fins de regularização fundiária, desde que o órgão ou entidade pública responsável por sua promoção, apresente os seguintes documentos:

I - Parecer Técnico emitido pelo órgão técnico do Sistema de Planejamento e Gestão, favorável à validação da condição de interesse social dos assentamentos situados dentro do perímetro objeto do plano emergencial e da regularização fundiária, ao ano de 1998;

II - Comprovante do estabelecimento das áreas dos assentamentos precários de interesse social objeto de regularização fundiária como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou equivalente nos termos das disposições da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

III - Relatório Técnico contendo a comprovação de implantação e conclusão das obras descritas no Plano Emergencial;

IV - Projeto de Parcelamento do Solo da situação consolidada, aprovado pelo Poder Público Municipal, com memorial descritivo lote a lote e identificação das matrículas ou transcrições da área do assentamento precário objeto de regularização fundiária;

V - manifestações emitidas pelos órgãos públicos e pelos prestadores de serviços responsáveis que atestem a existência e o funcionamento das redes de infraestrutura, bem como a operação e manutenção de sistemas de saneamento ambiental compreendendo:

a) abastecimento de água;

b) coleta, transporte e tratamento ou exportação de esgotos;

c) coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;

d) drenagem de águas pluviais;

VI - proposta de mecanismos de controle de expansão, adensamento e manutenção das intervenções quando se tratar de ocupação em ARO, contendo quadro com síntese das ações e respectivo cronograma;

VII - cronograma da regularização fundiária.

§ 1º - O projeto de parcelamento do solo a que se refere o inciso IV deste artigo deverá respeitar obrigatoriamente, a taxa de permeabilidade mínima de 5% (cinco por cento), calculada com base na área total dos lotes inseridos no perímetro do assentamento precário objeto de regularização fundiária.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no inciso I deste artigo poderão ser utilizadas as imagens de satélite do ano de 2000.

§ 3º - Atendidas as condições estabelecidas no processo de licenciamento do PRIS, o órgão de licenciamento ambiental emitirá documento de comprovação de implantação das intervenções, para fins de averbação da planta de configuração final do parcelamento do solo, no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

Artigo 50 - A regularização a que se refere o artigo 49 deste decreto dar-se-á por meio de Licença de Operação.

§ 1º - A emissão da Licença de Operação fica condicionada à comprovação do registro do parcelamento do solo e das restrições ambientais, se houver, nas matrículas dos imóveis objetos do PRIS, no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º - Emitida a Licença de Operação, o agente promotor do PRIS deverá proceder à conclusão do processo de regularização fundiária mediante a abertura de matrículas para a transferência de domínio dos lotes ou unidades habitacionais individuais.

Artigo 51 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de junho de 2016

GERALDO ALCKMIN

Cristina Maria do Amaral Azevedo

Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria do Meio Ambiente

Benedito Braga

Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 27 de junho de 2016.

DECRETO Nº